



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

#### **REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**(Do Sr. Pedro Uczai)**

Requer a realização de Audiência Pública, em data a ser definida, com o objetivo de debater os desafios associados ao projeto de lei (PL 624/2023) que cria o Programa Renda Básica Energética e prevê o fim gradual da tarifa social de energia elétrica e a instalação de usinas de energia solar em áreas rurais.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 24, inc. III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, em data a ser definida, com o objetivo de debater os desafios associados ao projeto de lei (PL 624/2023) que cria o Programa Renda Básica Energética prevê o fim gradual da tarifa social de energia elétrica e a instalação de usinas de energia solar em áreas rurais.

Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- I. Representante do Ministério da Fazenda;
- II. Representante do Ministério de Meio Ambiente;
- III. Representante do Ministério de Minas e Energia;
- IV. Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC;
- V. Representante da ANEEL;
- VI. Representante da ABSOLAR;
- VII. Representante da sociedade civil organizada que atua no setor;
- VIII. Representante do setor produtivo que atua no setor;

#### **JUSTIFICAÇÃO**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A justificativa para este Requerimento de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa centra-se na importância de promover um amplo debate sobre o Projeto de Lei 624/2023, que institui o Programa de Renda Básica Energética, propondo o fim gradual da tarifa social de energia elétrica e a instalação de usinas solares em áreas rurais. O impacto dessas mudanças exige uma avaliação cuidadosa de suas implicações socioeconômicas, ambientais e de infraestrutura energética para o Brasil.

A audiência pública permitirá que diferentes pontos de vista sejam apresentados por especialistas e partes interessadas, promovendo uma análise abrangente dos benefícios e desafios do projeto. A presença de representantes dos Ministérios da Fazenda, Meio Ambiente, Minas e Energia e MDIC, além da ANEEL e da ABSOLAR, é essencial para entender as repercussões fiscais, as previsões ambientais, os desafios regulatórios e o potencial de expansão da energia solar no contexto rural. Também se propõe a inclusão de um representante da sociedade civil organizada para garantir que as necessidades e preocupações da população sejam devidamente consideradas.

Essa discussão é essencial para garantir que a proposta do PL 624/2023, com suas inovações no modelo de subsídios energéticos e no uso de fontes renováveis, atenda de forma equilibrada aos objetivos de justiça social e sustentabilidade energética.

Sala da Comissão, em novembro de 2024.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT/SC)**

